



CATXERÊ

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A COMPANHIA

A Catxerê é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:
Extensão de linhas em km: 609,34
Tensão em kV: 500
Subestações acessadas: 3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi R\$ 63.955.427 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 63.912.117 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	2020	2019
• Liquidez geral	11,31	9,97
• Liquidez corrente	8,74	6,11
• Relação patrimônio líquido/ativo	91,16%	89,97%
• Relação passivo não circulante/ativo	7,26%	8,00%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	9,25%	7,38%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	9,08%	10,26%
Ativos totais - R\$	620.078.448	609.350.504
Lucro líquido do exercício - R\$	52.260.188	40.476.950

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede

no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sinergia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.481.933	11.602.485	Fornecedores - terceiros	10	2.671.426	4.454.903
Concessionárias e permissionárias	6	8.604.827	5.829.662	Fornecedores - partes relacionadas	22	2.476.986	2.053.655
Contas a receber - partes relacionadas	22	471.159	426.161	Imposto de renda e contribuição social a pagar		486.782	1.843.012
Adiantamento a fornecedores	7	4.339.478	4.264.881	Outros impostos a pagar		545.155	580.144
Estoques	8	4.741.090	275.568	Taxas regulamentares	11	2.441.796	2.136.283
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.047.279	3.209	Dividendos propostos	15	496.472	384.531
Outros impostos a recuperar		7.667	1.717	Outros passivos circulantes		707.999	917.850
Ativos de contrato	9	54.798.821	52.776.154			9.826.616	12.370.378
Outros ativos circulantes		1.426.440	419.581	Passivo não circulante			
		85.918.694	75.599.418	Outras provisões - compensação ambiental	12	3.216.068	3.596.945
Ativo não circulante				Provisão para contingências	13	2.338.552	6.204.134
Ativos de contrato	9	531.128.259	530.832.601	Impostos diferidos	14	39.432.892	38.974.461
Outros ativos não circulantes		2.338.552	2.375.472			44.987.512	48.775.504
Imobilizado		578.188	527.655	Patrimônio líquido	15		
Intangível		114.755	15.358	Capital social		409.948.233	409.948.233
		534.159.754	533.751.086	Retenção de lucros		141.013.461	126.566.736
Total do ativo		620.078.448	609.350.504	Reserva legal		14.302.626	11.689.617
						565.264.320	548.204.586
				Total do passivo e patrimônio líquido		620.078.448	609.350.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16	66.666.430	72.354.867
Custo de construção e operação	17	(11.250.059)	(11.688.260)
Lucro bruto		55.416.371	60.666.607
Despesas/receitas gerais e administrativas	18	(3.395.836)	(3.611.480)
Outras (despesas/receitas) operacionais líquidas		(670.141)	(797.323)
Lucro antes do resultado financeiro		51.350.394	56.257.804
Resultado financeiro	19	2.414.386	(11.295.384)
Receita financeira		456.485	2.121.915
Despesa financeira		(1.957.901)	(13.417.299)
Resultado antes dos impostos		53.764.780	44.962.420
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.504.592)	(4.485.470)
Lucro líquido do exercício		52.260.188	40.476.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	52.260.188	40.476.950
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	52.260.188	40.476.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	53.764.780	44.962.420
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	-	9.916.588
Depreciação e amortização	94.177	88.059
Provisão para perda de crédito esperada	(72.362)	(129.834)
Provisão para contingências	(3.865.581)	289.139
Outras provisões - compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos operacionais	(380.877)	196.574
Concessionárias e permissionárias	(2.702.803)	(251.962)
Contas a receber - partes relacionadas	(44.998)	(115.446)
Ativo de contrato	(2.318.325)	(12.781.382)
Estoques	(4.465.522)	-
Impostos a recuperar	(1.050.020)	(4.925)
Adiantamentos a fornecedores	(74.597)	(4.084.714)
Outros ativos	(1.058.452)	(276.186)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.360.146)	4.540.679
Tributos e contribuições sociais	927.711	(120.013)
Impostos pagos	(3.365.090)	(2.072.908)
Juros pagos	-	(9.924.399)
Taxas regulamentares	305.513	364.477
Outros passivos	(209.853)	110.972
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	34.123.555	30.707.139
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(244.107)	(129.746)
Títulos e valores mobiliários	-	6.492.396
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(244.107)	6.362.650
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	93.000.000
Empréstimos pagos	-	(128.596.599)
Dividendos pagos	(35.000.000)	(398.003)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(35.000.000)	(35.994.602)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.120.552)	1.075.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.602.485	10.527.298
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.481.933	11.602.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	316.948.233	9.665.769	88.498.165	-	415.112.167
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.476.950	40.476.950
Aumento de capital conforme AGE de 08 de novembro de 2019	93.000.000	-	-	-	93.000.000
Constituição de reserva legal	-	2.023.848	-	(2.023.848)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	38.068.571	(38.068.571)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	-	-	-	(384.531)	(384.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	409.948.233	11.689.617	126.566.736	-	548.204.586
Dividendos distribuídos conf. AGO de 08 de julho de 2020	-	-	(34.703.982)	-	(34.703.982)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	52.260.188	52.260.188
Constituição de reserva legal	-	2.613.009	-	(2.613.009)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	49.150.707	(49.150.707)	-
Dividendos propostos (Nota 15)	-	-	-	(496.472)	(496.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	409.948.233	14.302.626	141.013.461	-	565.264.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê" e/ou "Companhia") é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas na cidade de Rondonópolis - Mato Grosso e na cidade de Rio Verde - Goiás. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 01 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão: Em 26 de novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica. No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás: (i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso. (ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás.

1.2. Receita anual permitida (RAP): A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 35.447.808 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 63.912.117 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 63.955.427 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020; (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020;

(iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (ii) Implementação do Protocolo COVID-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem; (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70°. **Impacto nas demonstrações financeiras:** No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Deficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como deficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta



CATXERÊ

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo de Concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de contrato: A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma.

Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.5. Ativo imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo

provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional: As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo aprovada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca especificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14. Instrumentos financeiros: A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15. Fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes: • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25); • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	364	812
Bancos	438.508	3.528.649
Aplicações financeiras	10.043.061	8.073.024
	10.481.933	11.602.485

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 101,20% do CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	6.213.879	5.405.435
Vencidas até 30 dias	186.816	21.363
Vencidas até 60 dias	179.762	6.531
Vencidas até 90 dias	168.221	6.332
Vencidas acima de 90 dias	2.048.037	654.251
	8.796.715	6.093.912
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(191.888)	(264.250)
	8.604.827	5.829.662

Em função do alto giro das concessionárias e permissonárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	(264.250)	(394.084)
Reversão	97.341	129.834
Adição	(24.979)	-
Saldo em 31 de dezembro	(191.888)	(264.250)

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores relacionados à construção	4.135.074	4.135.074
Gastos ambientais e fundiários	253	8.342
Prestadores de serviços	17.267	3.303
Outros	186.884	118.162
	4.339.478	4.264.881

8. ESTOQUE

	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	4.741.090	275.568
	4.741.090	275.568

(i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano, podendo existir uma reclassificação anual de uma estimativa de O&M para ajuste de curto e longo prazo.

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	54.798.821	52.776.154
Não circulante	531.128.259	530.832.601
	585.927.080	583.608.755

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	31/12/2019
Receita de O&M	583.608.755	16.313.799
Receita de remuneração	59.517.130	(69.019.175)
Recebimentos	(4.493.429)	(4.493.429)
Imobilizado em curso	585.927.080	54.798.821
Circulante	54.798.821	531.128.259
Não circulante	531.128.259	570.827.374
Receita de construção	4.338.264	15.716.653
Receita de O&M	58.840.071	(68.438.819)
Recebimentos	2.325.212	2.325.212
Imobilizado em curso	583.608.755	52.776.154
Circulante	52.776.154	530.832.601
Não circulante	530.832.601	

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores relacionados à construção	2.189.086	2.348.263
Gastos ambientais e fundiários	118.223	162.195
Prestadores de serviços	67.212	100.752
Outros (i)	297.182	1.843.693
	2.671.703	4.454.903

(i) Pagamento de fiança referente a antecipação de pagamento de empréstimos lançada em duplicidade em 2019.

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(239.094)	(235.605)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	158.174	157.616
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.522.716	2.214.272
	2.441.796	2.136.283

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho nº 2.403 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 164.083. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nº 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 242.860. (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. PROVISÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A provisão de compensação ambiental da companhia está dividida entre as seguintes unidades de conservação:

	31/12/2020	31/12/2019
Parque Nacional Chapada dos Guimarães	1.921.647	2.099.622
Parque Nacional das Emas	809.013	881.051
Parque Estadual Paraúna	161.803	235.614
Parque Estadual das Águas Quentes	323.605	380.658
	3.216.068	3.596.945

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis (i)	-	1.611.279
Servidões (i)	138.552	2.052.871
Trabalhista	-	59.499
Ambientais	2.200.000	2.480.485
	2.338.552	6.204.134

(i) Baixa de processos encerrados ao longo de 2020.

A movimentação dos processos prováveis está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhista	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.611.279	59.499	2.480.485	2.052.871	6.204.134
Adições e reversões líquidas (1.611.279)	(1.611.279)	(59.499)	(280.485)	(1.914.319)	(3.865.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	2.200.000	138.552	2.338.552

continua



CATXERÊ

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	1.331.685	2.000.000
Trabalhista	7.491	-
Fiscais (i)	29.932.023	2.283.013
Servidão	118.054	-
Total	31.389.253	4.283.013

(i) Variação refere-se substancialmente a novos processos da companhia iniciados ao longo de 2020.

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
IR Diferido	11.718.542	11.582.307
CSLL Diferida	6.328.012	6.254.446
PIS Diferido	3.808.526	3.764.250
COFINS Diferido	17.577.812	17.373.458
Total	39.432.892	38.974.461

(ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 409.948.233 dividido em 409.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2020 e 2019
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
Total	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) **Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. d) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	52.260.188	40.476.950
Reserva legal (5%)	(2.613.009)	(2.023.848)
Base de cálculo para os dividendos	49.647.179	38.453.102
Dividendo mínimo obrigatório	496.472	384.531

Em 2018 a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 398.003. Esse montante foi pago em 07 de outubro de 2019. No final do exercício de 2019 a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras de 2018 devido a adoção do CPC 47. Com isso, os dividendos foram recalculados de R\$ 398.003 para R\$ 309.490. Como os dividendos já haviam sido pagos, a Administração decidiu abater esse valor pago a maior dos lucros acumulados ao invés de descontar dos acionistas o que eles já haviam recebido. A ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020 já está contemplando esse valor no saldo de reserva de lucros. Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 34.615.469. Esse valor, assim como todo o montante de R\$ 384.531 de dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 2019 foram pagos em 06 de agosto de 2020.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	72.122.665	77.853.457
Receita de operação e manutenção	16.313.799	15.716.653
Remuneração dos ativos de contrato	59.517.130	58.840.071
Receita de construção (i)	-	4.338.263
Outras receitas (ii)	(3.708.264)	(1.041.530)
Deduções da receita operacional	(5.456.235)	(5.498.590)
PIS (corrente e diferido)	(467.600)	(507.200)
COFINS (corrente e diferido)	(2.158.155)	(2.340.925)
RGR	(1.989.932)	(1.791.114)
P&D	(601.033)	(615.215)
TFSEE	(239.515)	(244.136)
Total	66.666.430	72.354.867

(i) Variação refere-se ao encerramento do projeto de reforço para ampliação de banco de capacitores da subestação; (ii) Valor refere-se a diferença entre a Rap do cálculo de ativo de contrato e receita de AVC emitida pela ONS.

17. CUSTO DA OPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(6.247.602)	(4.515.295)
Material	(402.074)	(215.204)
Serviços de terceiros	(1.338.436)	(1.901.446)
Seguros	(103.617)	(74.151)
Custo de construção (i)	-	(4.338.263)
Custo de operação e manutenção (ii)	(2.347.441)	(175.329)
Outras	(810.889)	(468.572)
Total	(11.250.059)	(11.688.260)

(i) Variação refere-se ao encerramento do projeto de reforço para ampliação de banco de capacitores da subestação;

(ii) Variação refere-se substancialmente ao projeto de melhoria para fabricação e instalação de defesas na área de torres de linha de transmissão.

18. DESPESAS/RECEITAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(5.493.575)	(6.325.222)
Serviços de terceiros	(643.252)	(633.754)
Arrendamentos e aluguéis	(127.686)	(124.012)
Provisão/reversão (i)	3.554.108	(32.209)
Tributos	(78.702)	(16.047)
Depreciação e amortização	(33.731)	(40.034)
Outras	(572.998)	3.559.798
Total	(3.395.836)	(3.611.480)

(i) Variação refere-se a reversão de provisão de contingências da companhia devido a encerramento de processos conforme nota explicativa 12.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira	456.485	2.121.915
Receitas de aplicações financeiras	431.008	1.770.847
Outras receitas financeiras	25.477	351.068
Despesa financeira	1.957.901	(13.417.299)
Juros sobre financiamentos (i)	-	(9.530.408)
Variação cambial (i)	-	(386.180)
IOF, comissões e taxas (ii)	1.465.837	(2.933.908)
Outras despesas financeiras	492.064	(566.803)
Total	2.414.386	(11.295.384)

(i) Em 2019 a companhia quitou o empréstimo com o BNDES. (ii) Em 2020 houve reversão de despesa de fiança referente a antecipação de pagamento de empréstimos lançada em duplicidade em 2019.

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas brutas	65.126.745	77.853.457
Base de cálculo (8%)	5.210.140	6.228.277
Outras receitas	449.616	6.194.471
Base de cálculo	5.659.756	12.422.748
IR devido	(1.408.939)	(2.876.111)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	617.983	-
(+) IR diferido/Outros	(136.235)	(209.123)
Total de IRPJ	(927.191)	(3.085.234)
Receitas brutas	65.126.745	77.853.457
Base de cálculo (12%)	7.815.209	9.342.415
Outras receitas	449.616	6.194.471
Base de cálculo	8.264.825	15.536.886
CSLL devida	(743.834)	(1.287.309)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	240.000	-
(+) CSLL diferido/Outros	(73.567)	(112.927)
Total de CSLL	(577.401)	(1.400.236)
Total de IRPJ/CSLL	(1.504.592)	(4.485.470)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1 Classificação de dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.481.933	11.602.485

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	22	471.159	426.161
Concessionárias e permissionárias	6	8.604.827	5.829.662
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - terceiros	10	2.671.426	4.454.903
Fornecedores - partes relacionadas	22	2.476.986	2.053.655

21.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos

financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, de momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	31/12/2020	31/12/2019
22.1 Ativo	471.159	426.161
Contas a receber - partes relacionadas	370.022	337.648
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	101.137	88.513
22.2 Passivo	2.476.986	2.053.655
Fornecedores - partes relacionadas	-	8.270
Aluguel (ii)	2.476.986	2.045.385
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	-	-
22.3 Resultado	(8.050.385)	(5.517.844)
Resultado - partes relacionadas	(104.940)	(98.071)
Despesa aluguel (ii)	(7.945.445)	(5.419.773)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	-	-

(i) Em setembro de 2017, visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil	Risco Civil	20.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco Operacional	167.362.213	92.360.947
Veículos	Carros	228.201	253.189
Total		187.590.414	102.614.136

DIRETORIA		
Ramon Sade Haddad Diretor-Presidente	Jorge Raul Bauer Diretor	Mariana de Oliveira Barbosa Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catxerê Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de fevereiro de 2020, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e

não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou outras representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria. - Planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6